

22º CONCURSO DE INGRESSO À CARREIRA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
1ª FASE - 1999

GABARITO

01.C	11.C	21.B	31.C	41.C	51.A	61.D	71.D	81.C	91.B
02.B	12.B	22.A	32.B	42.C	52.--	62.C	72.D	82.C	92.C
03.A	13.D	23.D	33.A	43.A	53.C	63.B	73.A	83.B	93.A
04.C	14.A	24.C	34.C	44.D	54.B	64.B	74.D	84.C	94.B
05.C	15.C	25.D	35.B	45.A	55.A	65.D	75.D	85.D	95.D
06.D	16.B	26.B	36.A	46.B	56.B	66.C	76.B	86.B	96.D
07.D	17.A	27.D	37.B	47.D	57.B	67.C	77.A	87.B	97.C
08.A	18.C	28.A	38.B	48.A	58.A	68.D	78.B	88.C	98.A
09.D	19.B	29.A	39.C	49.D	59.D	69.C	79.D	89.A	99.C
10.A	20.B	30.D	40.D	50.A	60.A	70.D	80.C	90.A	100.D

Questão nº 52 anulada

Cargo: Promotor de Justiça Adjunto

Nas questões de 1 a 100, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Use a Folha de Rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a Folha de Respostas.

1 Enquanto Caio está assistindo a um filme em um dos cinemas da cidade, alguém alerta, aos gritos, acerca da existência de fogo. Caio, assustado, não havendo contribuído para aquele fato, nem podendo evitá-lo, sai em desabalada carreira e fere Tício gravemente. Descobre-se, porém, que não existia incêndio. A respeito dessa situação hipotética, é correto afirmar que, com sua conduta, Caio:

- A) assumiu o risco de produzir lesões em Tício e, por isso, deve responder a título de preterdolo.
- B) agiu no exercício regular de um direito.
- C) agiu em estado de necessidade putativo.
- D) somente poderá responder pelas lesões que produziu em Tício a título de culpa.

2 Tibúrcio subtraiu para si coisa alheia móvel mediante violência contra a pessoa. Por se tratar de réu primário, com bons antecedentes, maior de dezoito e menor de vinte e um anos de idade, o juiz, atento aos ditames do art. 59 do Código Penal (CP), fixou a pena-base no mínimo legal (quatro anos de reclusão), desconsiderando a atenuante da menoridade prevista no art. 65 do CP. Com base na situação descrita, assinale a opção correta:

- A) A atenuante da menoridade é imperativa. Assim, se o agente é menor de vinte e um anos de idade na data do fato, a pena deve ser, sempre, atenuada.
- B) De acordo com a doutrina e a jurisprudência majoritárias, as atenuantes não podem reduzir a pena aquém do mínimo legal.
- C) Agravantes e atenuantes são circunstâncias judiciais de incidência obrigatória somente no caso de crime praticado sem violência contra a pessoa.
- D) Em qualquer caso, a aplicação da atenuante da menoridade fica a critério do juiz, que tem ampla liberdade na fixação da pena.

3 Quanto ao tempo de duração da execução de pena privativa de liberdade, assinale a opção correta.

- A) Não poderá ser superior a trinta anos.

- B) Poderá ser perpétua, se assim dispuser lei complementar.
- C) Quando fixadas em mais de um processo, a pena total resultará do somatório de todas as condenações, sem restrição quanto a limite mínimo ou máximo.
- D) Quando fixadas em mais de um processo, as penas devem ser cumpridas a começar por aquelas aplicadas para o crime de menor gravidade e assim progressivamente até o de maior gravidade, não havendo previsão legal para o tempo de encerramento.

4 Acerca da anistia, da graça e do indulto, assinale a opção correta.

- A) A graça e a anistia são causas de extinção da punibilidade e dependem de lei em sentido estrito, sendo, portanto, concedidas pelo Poder Legislativo.
- B) A anistia, uma vez concedida, afasta eventual responsabilidade civil do anistiado.
- C) A anistia pode ser concedida no curso da ação penal ou depois da condenação transitada em julgado.
- D) A graça e o indulto pressupõem o trânsito em julgado da sentença condenatória ao menos para o beneficiário da medida.

5 Acerca dos efeitos da sentença penal condenatória, assinale a opção correta.

- A) Uma vez transitada em julgado, poderá o interessado pleitear a reparação do dano, por meio de procedimento ordinário, no juízo civil.
- B) Nos crimes praticados por servidor público, com abuso de poder ou violação de dever para com a administração pública, se aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, a condenação acarretará, automaticamente, a perda do cargo ou da função pública.
- C) O pai que praticar crime contra o filho menor somente ficará sujeito à perda do pátrio poder se o crime for, concomitantemente, doloso e sujeito a pena de reclusão.
- D) Por expressa vedação constitucional, a sentença penal condenatória não pode gerar confisco de qualquer natureza.

6 A respeito da lei penal, assinale a opção correta.

- A) Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal. Mas esse princípio não se aplica às contravenções penais.
- B) A lei excepcional e a lei temporária são aplicáveis aos fatos ocorridos após a sua revogação, ainda que isso resulte em situação mais gravosa para o réu.
- C) A aplicação da lei penal no espaço rege-se, exclusivamente, pelo princípio da territorialidade.
- D) Aplica-se aos crimes hediondos o princípio da anterioridade.

7 Acerca do crime, assinale a opção correta.

- A) Ao definir o tempo do crime, a lei penal brasileira adotou a teoria mista, decorrente da conciliação da teoria da atividade com a teoria do resultado.
- B) A pena cumprida no exterior, qualquer que seja a sua espécie ou duração, impede a execução da pena a ser cumprida no Brasil pelo mesmo fato.
- C) A contagem do prazo na lei penal brasileira se faz com a inclusão do dia do começo, contando-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum, que é o essênio.
- D) Ao definir o lugar do crime, a lei brasileira adotou a teoria da ubiqüidade.

8 Julgue os itens abaixo.

I - Tanto a desistência voluntária quanto o arrependimento eficaz precisam ser voluntários, mas não necessitam ser espontâneos.

II - No crime de roubo, desde que não resulte lesão corporal de natureza grave à vítima, se for reparado o dano ou restituída a coisa até o recebimento da denúncia por ato voluntário do agente a pena será reduzida de um a dois terços.

III - Se a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a consumação do crime, está-se diante do crime impossível.

IV - O preterdolo é a única hipótese de responsabilidade penal objetiva acatada pela lei penal brasileira.

Estão certos apenas os itens:

- A) I e III
- B) II e IV
- C) I, II e III
- D) I, III e IV.

9 Julgue os itens a seguir.

I - Ao prescrever que o erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei, o CP abrange o erro de tipo essencial, mas não o erro de tipo acidental.

II - O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, enquanto o erro sobre a ilicitude do fato exclui a culpabilidade.

III - O ordenamento jurídico deve ser, necessariamente, um conjunto de normas harmônicas, não se compreendendo que possa, em seu íntimo, apresentar dissonâncias. O ilícito penal não é constitutivo, mas, simplesmente, complementar; de forma que a conduta considerada lícita em qualquer campo jurídico terá também licitude na esfera penal. Isso pode ser indicado como fundamento da excludente de ilicitude do exercício regular de direito.

IV - Uma diferença entre o estado de necessidade e a legítima defesa reside em que, na legítima defesa, há reação contra agressão; no estado de necessidade, existe ação em razão de um perigo e não de uma agressão; acresce-se, ainda, que, na legítima defesa, pressupõe-se uma agressão humana e, no estado de necessidade, não.

Assinale a opção correta.

- A) Apenas os itens I e III estão certos.
- B) Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- C) Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- D) Todos os itens estão certos.

10 Julgue os itens seguintes.

I - A imputabilidade penal começa aos vinte e um anos de idade.

II - A doença mental e o desenvolvimento mental incompleto são, em qualquer hipótese, causas de exclusão da culpabilidade.

III - A lei penal distingue, para efeito de apenação, a participação da co-autoria.

IV - Salvo disposição em contrário, a determinação ou instigação e o auxílio somente são puníveis se o crime chega, ao menos, a ser tentado.

A quantidade de itens certos é igual a:

- A) 1.
- B) 2.
- C) 3.
- D) 4.

11 O rapto violento ou mediante fraude, previsto no art. 219 do CP, é crime contra os costumes. Para que haja sua consumação, faz-se necessário que

- A) haja a prática efetiva de ato libidinoso com a mulher honesta, que é a finalidade última do agente.
- B) haja, tão-somente, a subtração da mulher honesta, nada importando que se a afaste de sua esfera de proteção legal.
- C) a mulher honesta seja arrebatada para fora de sua órbita normal de vida, de modo a recair sob o poder do

agente.

D) a ofendida permaneça por longo lapso de tempo à mercê do agente, ainda que não afastada da sua órbita normal de vida.

12 Dois indivíduos, previamente ajustados, saem de um supermercado, com mercadorias, sem passar pelo caixa, vindo um deles a ser preso em flagrante no estacionamento do supermercado, com parte das mercadorias, enquanto seu comparsa consegue fugir com o restante das mercadorias. Com relação à situação apresentada, é correto afirmar que o indivíduo preso em flagrante

- A) responderá por furto tentado.
- B) responderá por furto consumado.
- C) responderá por furto privilegiado.
- D) não responderá por qualquer ilícito, pois a hipótese configura crime impossível.

13 Assinale a opção correta.

- A) O crime de estelionato, que pressupõe conduta fraudulenta do agente com o fim de obtenção de vantagem ilícita, tem por objetividade jurídica a fé pública.
- B) Configura crime de estelionato o descumprimento de contrato, quando o pagamento da obra ou do serviço se dá de forma antecipada, o que faz presumir a má-fé do contratado, se este não executa o serviço no prazo avençado.
- C) A emissão de cheque sem a pertinente provisão de fundos configura, em qualquer hipótese, crime.
- D) O crime de estelionato, quando na modalidade de fraude no pagamento por meio de cheque, consuma-se no momento e local em que o banco sacado recusa o seu pagamento.

14 Assinale a opção incorreta.

- A) Se o sujeito, mediante violência ou grave ameaça, pretende que a vítima realize determinado comportamento para que dela obtenha vantagem econômica devida, estará incidindo no crime de extorsão dita comum ou in genere.
- B) A extorsão mediante seqüestro consuma-se com a privação da liberdade de locomoção da vítima por espaço de tempo juridicamente relevante, sendo de todo despicando que o agente obtenha, efetivamente, a vantagem pretendida.
- C) O crime de extorsão indireta admite a modalidade tentada.
- D) A extorsão mediante seqüestro, simples ou qualificada, tentada ou consumada, é crime hediondo, o que impede que o seu autor seja beneficiado com a anistia, a graça, o indulto, a fiança ou a liberdade provisória.

15 Assinale a opção incorreta.

- A) O crime de exercício arbitrário das próprias razões é crime de forma livre, admitindo qualquer meio de execução.
- B) O crime de condescendência criminosa é omissivo próprio, sendo inadmissível a forma tentada.
- C) É indispensável à configuração do crime de desacato que o sujeito passivo secundário (o funcionário público) sinta-se ofendido, menosprezado em sua função, com a conduta do sujeito ativo ou que resulte abalado o prestígio ou a autoridade da função pública.
- D) A agravante genérica da violação do dever funcional não incide na apenação do crime de peculato.

16 Acerca dos crimes contra a honra, assinale a opção correta.

- A) A prostituta não pode ser vítima do crime de calúnia.
- B) Para que se consuma o crime de calúnia, faz-se necessário que terceira pessoa, que não a vítima, tenha conhecimento da conduta objetiva do agente.
- C) A difamação protege a honra subjetiva, enquanto a injúria protege a honra objetiva.
- D) A denominada imunidade judiciária alcança a calúnia, a injúria e a difamação.

17 Julgue os itens que se seguem.

I - Quem induz um alienado mental, desprovido de discernimento, a se suicidar não comete o crime de induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio, mas o crime de homicídio.

II - No crime de homicídio, será torpe o motivo se for daqueles insignificantes, sem importância, totalmente desproporcionado em relação ao crime, em vista de sua banalidade.

III - No crime de perigo para a vida ou a saúde de outrem, o perigo deverá ser concreto.

IV - Só responderá pelo crime de omissão de socorro o agente que precedentemente à conduta omissiva haja assumido o dever legal de impedir o resultado.

Estão certos apenas os itens:

- A) I e III.
- B) II e IV.
- C) I, II e III.
- D) II, III e IV.

13 Julgue os itens a seguir.

I - O constrangimento ilegal é crime subsidiário.

II - O crime de redução à condição análoga à de escravo é crime permanente.

III - O roubo qualificado pelo resultado morte (latrocínio) não admite a forma tentada.

IV - Na legislação penal comum, não há o crime de dano culposo, o qual, entretanto, é crime na legislação penal militar.

Estão certos apenas os itens:

- A) I e III.
- B) III e IV.
- C) I, II e IV.
- D) II, III e IV.

19 Julgue os itens seguintes.

I - Para que se consuma o crime de abuso de incapazes, faz-se necessário, tão-somente, que o sujeito passivo pratique ato suscetível de produzir efeito jurídico, em prejuízo próprio ou de terceiro, sendo irrelevante que o sujeito ativo ou o terceiro obtenha o proveito visado.

II - É isento de pena o neto que comete crime de roubo contra o avô.

III - Somente o homem pode ser autor material ou intelectual do crime de estupro.

IV - A relação existente entre ato libidinoso e conjunção carnal pode ser estabelecida em uma relação de gênero a espécie, sendo a conjunção carnal uma espécie do gênero ato libidinoso.

A quantidade de itens certos é igual a:

- A) 1.
- B) 2.
- C) 3.
- D) 4.

20 Julgue os seguintes itens.

I - Não se pune o comércio carnal do próprio corpo, a prostituição.

II - O crime de rufianismo exige a habitualidade para a sua consumação, cuidando-se, ademais, de crime permanente.

III - Fazer, publicamente, a apologia de fato contravençional configura a hipótese do tipo de apologia de crime ou criminoso.

IV - No crime de corrupção passiva, haverá co-autoria entre o corrupto e o corruptor.

A quantidade de itens certos é igual a:

- A) 1.
- B) 2.
- C) 3.
- D) 4.

21 Acerca do inquérito policial, assinale a opção correta.

- A) Nos crimes contra o patrimônio, o inquérito policial só poderá ter início mediante requerimento ou notícia criminis do ofendido ou de seu representante legal.
- B) Mesmo com o advento da Constituição Federal (CF) de 1988, não há que se falar em contraditório no curso do inquérito policial.
- C) Em regra, não pode a autoridade policial arquivar autos de inquérito policial, mas poderá fazê-lo, se ficar demonstrada, por prova cabal, a inexistência do crime.
- D) É nulo o inquérito policial, se faltar a nomeação de curador ao réu maior de dezoito e menor de vinte e um anos de idade.

22 Acerca da prisão em flagrante, assinale a opção correta.

- A) São três as suas modalidades: flagrante próprio, flagrante impróprio e flagrante presumido, sendo legais todas elas.
- B) Não se admite a prisão em flagrante nos crimes sujeitos a ação penal privada.
- C) Nos crimes permanentes, enquanto não cessada a permanência, não pode o agente ser preso em flagrante delito.
- D) É ilegal a prisão decorrente de flagrante esperado.

23 Acerca das prisões preventiva e temporária, assinale a opção correta.

- A) A prisão temporária somente tem cabimento no caso de apuração de crime legalmente definido como hediondo.
- B) A prisão temporária não pode ser decretada, de ofício, pelo juiz.
- C) A prisão preventiva somente poderá ser decretada no curso do processo penal.
- D) De acordo com a sistemática legal, a prisão preventiva é passível de revogação, mas não de liberdade provisória.

24 Acerca da jurisdição e da competência, assinale a opção incorreta.

- A) Se um deputado distrital cometer um crime de homicídio no Estado do Rio de Janeiro, ele será julgado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
- B) Se Tibúrcio espanca um ex-amigo e, após, ao se dirigir para casa resolve cometer um furto, não há conexão entre essas infrações penais que determine a apreciação de ambas em um só processo.
- C) Somente por denúncia se pode intentar a ação penal pública.
- D) Nos crimes comuns, a função jurisdicional do Estado é exercida, exclusivamente, pelo Poder Judiciário.

25 Acerca da prova no processo penal, assinale a opção correta.

- A) No processo penal, não dependem de prova os fatos afirmados pelo autor e confessados pelo réu e aqueles admitidos no processo como incontroversos.
- B) O ascendente e o descendente do acusado podem, em qualquer hipótese, recusar-se a depor.
- C) Os fatos, ainda que axiomáticos, isto é, evidentes por si mesmos, precisam ser provados.
- D) Pelo sistema da íntima convicção ou certeza moral do juiz, é livre a apreciação da prova e prescindível a fundamentação da decisão que a acata ou refuta.

26 Ainda acerca da prova no processo penal, assinale a opção incorreta.

- A) Pode o juiz, de ofício, determinar a produção de provas.
- B) Os crimes que deixam vestígios serão objeto de exame de corpo de delito, que só poderá ser direto, in loco.
- C) Cabe ao juiz interrogar o acusado, sendo vedado ao defensor qualquer intervenção ou influência no ato, seja nas perguntas, seja nas respostas.
- D) A confissão não se presume.

27 Caio foi denunciado perante a 1.a Vara Criminal de Brasília. A peça foi recebida pelo juiz titular, que realizou o interrogatório do réu, presidindo a fase instrutória do processo. Encerrada a instrução do feito, foi prolatada sentença condenatória pelo juiz substituto daquela Vara. De acordo com a lei processual penal, assinale a opção correta.

- A) A sentença é nula, porque foi prolatada por juiz que não presidiu a instrução do feito, em desacordo com o princípio da identidade física do juiz.
- B) A sentença é nula, porque viola o princípio do juiz natural.
- C) A sentença é nula, porque ao juiz substituto é vedada a prolação de decisão definitiva ou terminativa.
- D) Não há nulidade na sentença, porque não se faz exigível a identidade física do juiz.

28 Quanto às questões e aos processos incidentes, assinale a opção incorreta.

- A) Não pode o juiz dar início, de ofício, à exceção de competência.
- B) A parte que injuriar o juiz não terá reconhecida a suspeição deste, se a arguir.
- C) Não cabe arguição de incompetência do Órgão do Ministério Público.
- D) A arguição de falsidade documental só poderá ser deduzida por procurador, se este tiver poderes especiais.

29 Quanto ao juiz, ao Ministério Público, ao acusado e ao seu defensor, assinale a opção correta.

- A) Estão impedidos de participar do julgamento ulterior os jurados que funcionaram no mesmo processo em julgamento anterior.
- B) O Promotor de Justiça Adjunto do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) responderá, por crime comum, perante a Justiça Federal de primeira instância.
- C) Pode-se instaurar ação penal contra pessoa ignorada. Mas, nesse caso, é necessário que o autor a individualize até o encerramento da instrução criminal.
- D) O acusado que, no interrogatório, indica o seu advogado deverá, no tríduo da defesa prévia, providenciar a juntada do instrumento de mandato.

30 Ao receber uma denúncia por crime de furto lastreada em inquérito policial, o juiz entendeu que os fatos apurados no procedimento inquisitório não configuravam o crime de furto, mas o crime de roubo, razão pela qual recebeu a denúncia com a capitulação que entendia acertada. A respeito desse caso, a decisão judicial foi

- A) acertada, pois a denúncia expressa mero juízo provisório de culpa (lato sensu), cabendo, tanto ao Ministério Público, no momento de ofertá-la, quanto ao juiz, no momento de recebê-la, a correta adaptação legal da conduta delituosa.
- B) incorreta, pois, verificando a inadequação da peça acusatória aos fatos apurados, cumpria-lhe determinar a devolução dos autos ao Ministério Público para que este providenciasse denúncia substitutiva.
- C) correta, porém, se dela discordar o Ministério Público, poderá interpor recurso em sentido estrito.
- D) incorreta, pois não cabe ao juiz, ao receber a denúncia, atribuir-lhe nova classificação do crime.

31 Tício foi preso em flagrante delito de tráfico ilícito de substância entorpecente. De acordo com a legislação de regência, Tício

- A) poderá ser beneficiado com liberdade provisória, mediante o pagamento de fiança.
- B) poderá ser beneficiado com liberdade provisória, sem o pagamento de fiança, se for primário, portador de bons antecedentes e residir no distrito da culpa.
- C) não poderá ser beneficiado com liberdade provisória com ou sem fiança.
- D) não poderá ter relaxada a prisão em flagrante.

32 Julgue os itens seguintes.

I - Tício está sendo processado pela prática de crime contra o patrimônio, tendo a denúncia descrito, em ampla narrativa, crime de furto. No curso da instrução, a prova evidenciou a ocorrência, na verdade, de crime de roubo e não de crime de furto. Nesse caso, poderá o juiz proferir sentença sem a necessidade de aditamento da denúncia.

II - Na denúncia por crime de homicídio qualificado pela futilidade do motivo, basta que a peça acusatória descreva o tipo do homicídio simples, sendo irrelevante, nesse momento, a descrição dos fatos que qualificam o crime.

III - Caio e Tibúrcio foram condenados por lesões corporais de natureza grave, mas apenas Caio recorreu da sentença condenatória. Nesse caso, se o Tribunal absolvê-lo com fundamento na inexistência do fato-crime deverá estender os efeitos da decisão a Tibúrcio, sem necessidade de que este o requeira e a despeito de a decisão já haver operado, quanto a ele, o trânsito em julgado.

IV - É nula a decisão do Tribunal que acolhe, contra o réu, nulidade não-argüida no recurso da acusação, ressalvados os casos de recurso de ofício.

Estão certos apenas os itens:

- A) I e II.
- B) III e IV.
- C) I, II e III.
- D) I, III e IV.

33 Julgue os seguintes itens.

I - O recurso em sentido estrito, que deverá sempre ser interposto no prazo de cinco dias, não terá efeito suspensivo.

II - Se o réu é condenado por crime de homicídio qualificado a vinte anos de reclusão e a mais oito anos de reclusão por crime de estupro conexo àquele, poderá apresentar protesto por novo júri, mas, nesse caso o protesto não alcançará a decisão relativa ao crime de estupro.

III - Turíbio foi pronunciado por crime de homicídio simples na forma tentada cometido contra Tiburtino. Transitada em julgado a decisão de pronúncia, Tiburtino veio a falecer em consequência das lesões que Turíbio lhe impingiu. Nesse caso, ante a imutabilidade da decisão de pronúncia, Turíbio deverá ser julgado por crime de homicídio simples na forma tentada.

IV - Os julgamentos do Tribunal do Júri só podem ser realizados com a presença do acusado em plenário.

A quantidade de itens certos é igual a:

- A) 1.
- B) 2.
- C) 3.
- D) 4.

34 Julgue os itens que se seguem.

I - As omissões da denúncia podem ser supridas a qualquer tempo, desde que antes da sentença final.

II - O juiz absolveu Rubião sumariamente de um crime de homicídio, por se convencer de que o réu praticara o fato em estado de necessidade. Nesse caso, deverá o juiz recorrer, de ofício, da sua decisão.

III - Caio respondeu a processo penal sob a acusação de crime de corrupção passiva. Finda a instrução do feito, o juiz o absolveu por insuficiência de provas para a condenação. Caio tem interesse e legitimidade para a interposição de apelação a fim de se ver absolvido com base na inexistência do fato.

IV - O Ministério Público não poderá desistir do recurso interposto, mesmo que o órgão recorrente venha a tomar conhecimento de fato que lhe demonstre o acerto da decisão de que recorreu.

Estão certos apenas os itens:

- A) I e IV.
- B) I, II e III.
- C) I, II e IV.
- D) II, III e IV.

35 Julgue os itens abaixo.

- I - A apelação da sentença absolutória não tem efeito suspensivo.
- II - A decisão de primeira instância que nega recebimento a recurso de apelação interposto pelo Ministério Público será atacável por meio de carta testemunhável.
- III - A concessão de liminar em processo de habeas corpus é criação jurisprudencial, pois a lei não a prevê.
- IV - O prazo decadencial previsto em lei para o exercício da queixa, no caso de ação penal privada, interrompe-se com a distribuição, em juízo, de eventual inquérito policial instaurado para a apuração do fato.

A quantidade de itens certos é igual a:

- A) 1.
- B) 2.
- C) 3.
- D) 4.

36 Quanto à proteção da pessoa dos filhos menores, julgue os itens a seguir.

- I - Abrange a guarda e a prestação de alimentos.
- II - Em caso de separação consensual dos pais, deve ser observado, em princípio, o que os cônjuges acordarem.
- III - Na separação litigiosa, os cônjuges não podem celebrar acordo acerca da guarda dos filhos, os quais, necessariamente, ficarão com o cônjuge inocente.
- IV - O novo casamento da mãe importa restrição ao direito de visita do pai, regulamentado na sentença de divórcio.

Estão certos apenas os itens:

- A) I e II.
- B) III e IV.
- C) I, II e III.
- D) I, II e IV.

37 Assinale a opção incorreta.

- A) O comodatário não poderá recobrar do comodante as despesas feitas com o uso da coisa emprestada.
- B) O testamento feito por incapaz é nulo, mas convalida-se pela cessação da causa de incapacidade.
- C) É proibido o testamento conjuntivo, porque é inadmissível o pacto sucessório no ordenamento jurídico pátrio.
- D) Não havendo descendentes ou ascendentes do de cujus, o companheiro, na união estável, na ordem da vocação hereditária, tem preferência sobre os colaterais.

38 Acerca do regime da comunhão parcial de bens, julgue os itens que se seguem.

- I - Pode ser adotado por ocasião da naturalização, pelo estrangeiro casado, observadas as formalidades legais.
- II - Pode ser adotado por pessoas que dependem, para se casar, de autorização judicial.
- III - Exclui as obrigações provenientes de atos ilícitos.
- IV - Comunicam-se os bens cuja aquisição tiver por título uma causa anterior ao casamento.

Estão certos apenas os itens:

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) III e IV.

39 No tocante ao processo falimentar, julgue os itens abaixo.

- I - A falência pode ser requerida pelo credor com título de crédito não-vencido.
- II - A sentença que declarar a falência fixará, necessariamente, seu termo legal.
- III - O Ministério Público, com exclusividade, pode requerer a prisão do falido que deixar de cumprir qualquer dos deveres impostos pela lei falimentar.
- IV - O juízo universal da falência não exerce sua vis attractiva sobre o processo de execução de dívida ativa da fazenda pública.

Estão certos apenas os itens:

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) I e IV.
- D) II, III e IV.

40 Assinale a opção incorreta.

- A) A sentença que declara a interdição deve ser inscrita no registro das pessoas naturais.
- B) O tutor dirige a pessoa e administra os bens do menor que não incide no pátrio poder do pai ou da mãe.
- C) A nomeação de tutor pode ser feita por escritura pública.
- D) O Ministério Público pode, em qualquer caso, promover a interdição.

41 A respeito do instituto do usucapião, é incorreto afirmar que

- A) não tem direito a usucapião a viúva do empregado que ocupava o imóvel por permissão do patrão, proprietário do bem.
- B) é irrelevante, para o usucapião extraordinário, a má-fé do possuidor.
- C) as causas que impedem ou suspendem a prescrição se aplicam ao usucapião, mas não as causas que a interrompem.
- D) o usucapião ordinário de bens móveis se verifica em três anos.

42 À luz do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Código Civil, julgue os itens a seguir.

- I - A morte dos adotantes restabelece o pátrio poder dos pais naturais.
- II - O ECA não cuida de adoção de maiores de dezoito anos de idade, salvo no caso de o adotando já estar antes sob a guarda ou tutela dos adotantes.
- III - A adoção não pode ser cumulativa, salvo se os adotantes forem marido e mulher, concubinos ou pessoas que se encontrem em união estável.
- IV - A adoção de maior de doze anos de idade exige seu consentimento.

A quantidade de itens certos é igual a:

- A) 1.
- B) 2.
- C) 3.
- D) 4.

43 Julgue os itens abaixo.

- I - O menor de vinte e um anos e maior de dezesseis anos de idade não pode ser testemunha em juízo.

II - É nulo o ato jurídico praticado por pessoa relativamente incapaz.
III - A nulidade das obrigações acessórias induz à da obrigação principal.
IV - A culpa é essencial para a caracterização do ato ilícito.
Assinale a opção correta.

- A) Apenas o item IV está certo.
- B) Apenas os itens I e III estão certos.
- C) Apenas os itens I e IV estão certos.
- D) Apenas os itens II e III estão certos.

44 A, solteira, conviveu por mais de cinco anos com B, casado, até que, em 1998, deu à luz um filho de B, o qual a abandonou, para viver exclusivamente com a esposa, da qual nunca se afastara. A convivência sempre fora oculta dos amigos dos conviventes. Representando o filho, A propôs ação de investigação de paternidade, que foi julgada procedente e encontra-se em grau de recurso. Em seguida, A ficou desempregada e ingressou com pedido de alimentos para ela e para a criança. Assinale a opção correspondente ao posicionamento correto a ser adotado, como Promotor de Justiça, no que tange aos alimentos.

- A) Oficiar pelo deferimento de alimentos para mãe e filho, em face do permissivo da Lei n.º 9.278/96.
- B) Oficiar pelo indeferimento de ambos os pedidos, porque as relações entre os conviventes foram secretas e adulterinas, bem como porque a sentença que reconheceu a paternidade ainda pode ser reformada.
- C) Oficiar pelo deferimento apenas de alimentos provisionais, quanto ao filho, e pelo indeferimento à ex-convivente, porque as relações entre os conviventes foram secretas e adulterinas.
- D) Oficiar pelo deferimento de alimentos definitivos ao filho e pelo indeferimento quanto a A, porque as relações entre os ex-conviventes foram secretas e adulterinas.

45 Assinale a opção incorreta.

- A) São anuláveis as cláusulas que estabeleçam inversão do ônus da prova em prejuízo do consumidor.
- B) De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, a instauração de inquérito civil obsta a decadência.
- C) Pode ser desconsiderada a personalidade jurídica da sociedade quando houver falência provocada por má administração.
- D) A adequada e eficaz prestação dos serviços públicos é direito básico do consumidor.

46 Assinale a opção correta.

- A) Ao possuidor de má-fé é assegurado o direito de retenção da coisa principal, pelo valor das benfeitorias necessárias.
- B) O possuidor de boa-fé poderá exercer o direito de retenção pelo valor das benfeitorias úteis e o direito ao levantamento das benfeitorias voluptuárias.
- C) Ocorre a aquisição a título universal quando a transmissão da propriedade recai em um ou em vários bens individualizados.
- D) O direito do usufrutuário é real, temporário e transmissível.

47 Assinale a opção correta.

- A) A Lei de Introdução ao Código Civil não distingue a correção do erro, dentro da vacatio legis, da correção na vigência da lei.
- B) O nascituro não pode receber doação porque não adquiriu personalidade.
- C) Ao pródigo não é permitido contrair matrimônio.
- D) O ordenamento jurídico pátrio não abriga o instituto da restitutio in integrum.

48 São sanções aplicáveis às infrações administrativas ambientais:

- A) proibição de contratar com a administração pública, pelo período de até três anos, cancelamento de registro ou autorização e multa diária.
- B) suspensão parcial ou total das atividades, destruição ou inutilização do produto e prisão simples.

- C) advertência, suspensão do registro, licença ou autorização, multa e detenção.
- D) multa simples, prisão simples e perda de benefícios fiscais.

49 Julgue os itens a seguir.

- I - O direito pátrio não admite pacto anteconcubinário.
- II - Para a caracterização de união estável, não há tempo demarcado rigidamente.
- III - Para beneficiarem-se do instituto da impenhorabilidade, podem os conviventes fazer reserva do imóvel onde residem.
- IV - Após rescindida a união estável, o ex-convivente que necessitar poderá demandar o outro por alimentos.

Estão certos apenas os itens:

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) II, III e IV. 50 Assinale a opção incorreta.

- A) A fiança admite interpretação extensiva.
- B) A acessão é um dos modos de aquisição da propriedade imóvel.
- C) Em caso de evicção dos bens aquinhoados, os co-herdeiros são reciprocamente obrigados a indenizar-se.
- D) É permitida a transação quanto aos direitos patrimoniais de caráter privado.

51 No processo de execução fundada em título judicial, os embargos do devedor poderão ter por fundamento a

- A) incompetência do juízo da execução e as exceções de suspeição ou de impedimento do juiz.
- B) nulidade da citação na execução por quantia certa.
- C) retenção por benfeitorias.
- D) cumulação de execuções compatíveis entre si.

52 Julgue os seguintes itens.

- I - Quando age em nome próprio, defendendo interesse alheio, a posição jurídica do Ministério Público é a de substituto processual.
- II - Quando age como parte, o Ministério Público tem o prazo em dobro para contestar.
- III - O Ministério Público tem legitimação para propor ação rescisória de sentença, nos casos de omissão de sua audiência, quando sua intervenção era obrigatória.
- IV - Intervindo como custos legis, o Ministério Público não poderá recorrer, salvo quando houver interesse de incapazes.

Estão certos apenas os itens:

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) II e IV.
- D) III e IV.

53 Para o exercício de suas atribuições, nos procedimentos de sua competência o Ministério Público poderá

- I - ter livre acesso a qualquer local público ou privado, respeitadas as normas constitucionais pertinentes à inviolabilidade do domicílio.
- II - requisitar condução coercitiva de testemunha, no caso de ausência injustificada.
- III - presidir inquérito policial.
- IV - realizar inspeções e diligências investigatórias.

A quantidade de itens certos é igual a:

- A) 1.
- B) 2.
- C) 3.
- D) 4.

54 Constitui garantia e prerrogativa dos membros do Ministério Público

- I - usar as vestes talares.
- II - receber intimação por meio de oficial de justiça.
- III - ter presença e palavra asseguradas em todas as sessões dos colegiados em que oficiem.
- IV - exercer advocacia após dez anos na carreira.

Estão certos apenas os itens:

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) III e IV.

55 Assinale a opção incorreta.

- A) A sentença proferida em processo cautelar faz coisa julgada material.
- B) A medida cautelar pode ser substituída, modificada ou revogada.
- C) A plausibilidade do direito substancial invocado é requisito da tutela cautelar.
- D) O procedimento cautelar pode ser instaurado no curso do processo principal.

56 Assinale a opção incorreta.

- A) Para que haja acolhimento da exceção de coisa julgada, devem concorrer entre as duas causas a identidade das partes, o pedido e a causa de pedir.
- B) A sentença faz coisa julgada sobre o pedido, mas não se circunscreve aos limites da lide.
- C) Não faz coisa julgada a apreciação da prejudicial, decidida incidentalmente no processo.
- D) À coisa julgada nas ações de estado é atribuída a eficácia erga omnes.

57 Julgue os itens abaixo.

- I - É nula de pleno direito a sentença em processo que correr à revelia do réu citado, sem a observância das prescrições legais.
- II - Da decisão que anula todo o processo cabe agravo de instrumento.
- III - É imprescindível a arguição de nulidade absoluta pelas partes.
- IV - A nulidade relativa deve ser argüida pela parte a quem interesse sua decretação.

Estão certos apenas os itens:

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) III e IV.

58 Acerca do agravo retido, assinale a opção incorreta.

- A) Cabe sempre de decisão posterior à sentença que inadmita apelação.
- B) Cabe da decisão que indefere a produção de prova oral.
- C) Pode ser interposto contra decisões proferidas em audiência e que versem sobre matéria probatória, no procedimento sumário.

D) Pode ser interposto oralmente nas decisões interlocutórias proferidas em audiência.

59 Assinale a opção incorreta.

- A) A ausência de contestação pelo réu pode estabelecer a verdade formal da afirmação do autor.
- B) Quando o autor renuncia ao direito sobre que se funda a ação, ocorre a extinção do processo com julgamento do mérito.
- C) Quando a ação for considerada intransmissível por disposição legal, o processo será extinto sem julgamento do mérito.
- D) Quando as partes transigem, o processo é extinto sem julgamento do mérito.

60 O efeito material da citação válida é

- A) interromper a prescrição.
- B) prevenir a competência, nos casos previstos em lei.
- C) tornar inadmissível a ampliação do pedido sem o consentimento do réu.
- D) ensejar litispendência.

61 Julgue os itens a seguir.

- I - A decisão saneadora é cabível quando for o caso de extinção do processo sem julgamento do mérito.
- II - A decisão saneadora contém um juízo positivo de legitimidade do exercício do direito da ação, de constituição e de desenvolvimento válido do processo.
- III - Nos feitos em que deva intervir, o Ministério Público terá vista dos autos na fase das providências preliminares apenas quando sua intimação for requerida pelas partes.
- IV - Do despacho saneador irrecorrido decorre preclusão consumativa.

Estão certos apenas os itens:

- A) I e III.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) II e IV.

62 Interposto recurso de agravo de instrumento contra decisão deferitória de antecipação de tutela, proposta com fulcro no art. 273 do Código de Processo Civil (CPC), a requerimento do agravante, o relator poderá

- A) suspender a decisão agravada em caso de liquidação de sentença, após pronunciamento definitivo do tribunal.
- B) suspender o cumprimento da decisão agravada, se desta decisão resultar perigo iminente.
- C) suspender o cumprimento da decisão agravada, até o pronunciamento definitivo do tribunal, desde que seja relevante a fundamentação e que da decisão possa resultar lesão grave.
- D) manter a decisão agravada, após o juízo de retratação do juízo a quo.

63 Em sede de recurso extraordinário, é recorrível a decisão proferida em única ou última instância

- A) pelos tribunais superiores, em face de ato de governo local, contestado e julgado válido perante o tribunal estadual.
- B) perante os juizados especiais cíveis ou criminais competentes para o julgamento e a execução das causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, desde que suscitada de natureza constitucional no processo.
- C) pelos tribunais regionais, fundamentando o recurso em dissídio jurisprudencial.
- D) por tribunal estadual, quando definitiva de mérito, que negar vigência a lei federal.

64 Requerida a medida cautelar de produção antecipada de provas pelo Ministério Público, tendo por objeto exame pericial acerca de falsidade de documento, para embasar ação civil pública, o juiz determinou nova

perícia, porque o laudo pericial não lhe pareceu suficientemente elucidativo. Nessa hipótese,

- A) a segunda perícia substitui a primeira.
- B) a segunda perícia não substitui a primeira, tem por objeto os mesmos fatos sobre os quais recaiu a primeira e destina-se a corrigir omissões dos resultados a que conduziram a primeira.
- C) o juiz fica adstrito ao laudo pericial e, na apreciação deste, pode formar sua convicção com base em outros fatos provados no processo.
- D) o juiz determina às partes que formulem quesitos novos acerca de matéria não-suscitada anteriormente.

65 Em procedimento de curatela dos interditos, requerida a interdição pelo cônjuge do interditando em caso de anomalia psíquica, com fundamento no CPC, o Ministério Público

- A) assistirá o interditando nos autos do procedimento quando o curador à lide for o requerente.
- B) somente participará da interdição se os legitimados forem parentes próximos do interditando.
- C) não intervirá no procedimento no caso em que o tutor do interditando promover a curatela.
- D) representará o interditando nos autos do procedimento, atuando como seu defensor.

66 Os embargos de divergência têm como pressuposto principal

- A) o pronunciamento prévio do tribunal acerca da interpretação do direito em caso de divergência entre decisões da mesma turma do Supremo Tribunal Federal (STF).
- B) a uniformização da jurisprudência em recurso especial, tendo por objeto prevenir a divergência de julgamento entre turmas e seções.
- C) a uniformização de jurisprudência em recurso extraordinário, tendo por objeto corrigir e manter a coerência entre julgamentos divergentes proferidos por uma turma e o pleno do STF.
- D) prevenir a uniformização da jurisprudência entre decisão de turma e decisão de seção em agravo regimental em recurso especial perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

67 A ação rescisória fundamentada em violação a literal disposição de lei é admissível

- A) na hipótese em que o acórdão rescindendo, entre várias interpretações cabíveis, elege uma delas, por entender que a escolhida não destoa do texto da lei.
- B) se a interpretação da lei era controvertida nos tribunais ao tempo em que foi prolatada a sentença rescindenda.
- C) contra sentença que contém violação a lei processual, que repercute sobre a validade da sentença de mérito.
- D) contra sentença que se baseou em má apreciação da prova ou errônea interpretação de contrato.

68 Julgue os itens abaixo.

- I - A incompetência relativa pode ser argüida em preliminar, na contestação.
- II - É vedado à parte que ofertou exceção de incompetência suscitar conflito de competência.
- III - Depois da contestação, é lícito deduzir novas alegações relativas a direito superveniente.
- IV - Nos conflitos de competência que suscitar, o Ministério Público terá qualidade de parte.

Estão certos apenas os itens:

- A) I e II.
- B) III e IV.
- C) I, II e III.
- D) II, III e IV.

69 Assinale a opção incorreta.

- A) Prescinde de declaração judicial a preclusão temporal.
- B) Provada justa causa, o juiz permitirá à parte contrária a prática do ato que não fora praticado em tempo hábil.

- C) Quando não houver prazo legal ou judicial fixado para o ato, o prazo será de vinte e quatro horas.
D) O CPC não admite a intimação para comparecimento imediato, exceto quando se tratar de prisão ou condução coercitiva de testemunhas e partes faltosas.

70 Assinale a opção correta.

- A) A decretação de nulidade pode ser invocada pela parte que lhe deu causa.
B) A ilegitimidade de parte somente pode ser apreciada por ocasião do saneamento do processo.
C) É permitida a cumulação de vários pedidos incompatíveis entre si no mesmo processo, desde que adotado o procedimento ordinário.
D) Da decisão que indeferir petição inicial poderá ser interposta apelação.

71 Depende de emenda constitucional o aumento do número de ministros do STF, do Tribunal de Contas da União (TCU), do

- A) Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Superior Tribunal Militar (STM).
B) Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do STM.
C) TSE e do STJ.
D) STJ, do TSE, do TST e do STM.

72 É competente para julgamento originário de mandado de segurança contra decisão do conselho de assessoramento superior do Ministério Público da União o

- A) STF.
B) STJ.
C) Tribunal Regional Federal da 1.ª Região.
D) Juiz Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal.

73 A CF vigente

- A) é explícita e expressa em atribuir ao Ministério Público a função de zelar pelo respeito ao direito à saúde e pelas medidas necessárias a sua garantia.
B) não veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde.
C) exige de estados e municípios a aplicação em saúde de pelo menos quinze por cento da receita própria resultante de impostos.
D) impõe limites ao endividamento do orçamento da saúde.

74 Um tribunal integrado por dezesseis desembargadores tem em sua composição, por força da CF,

- A) uma vaga para membro do Ministério Público, uma vaga para advogado e uma vaga preenchida alternadamente por membro do Ministério Público e por advogado.
B) duas vagas para membro do Ministério Público e uma vaga para advogado.
C) uma vaga para membro do Ministério Público e duas vagas para advogado.
D) duas vagas para membro do Ministério Público e duas vagas para advogado.

75 Nos termos da CF, o fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério é

- A) de natureza contábil e existente na União, em todos os municípios, no Distrito Federal e nos territórios não-divididos em municípios, mas ausente nos estados.
B) composto por receitas estaduais e municipais, obtidas da arrecadação e dos repasses do fundo de participação dos estados e do fundo de participação dos municípios, sendo facultada à União a destinação de recursos a ele.
C) composto por vinte e cinco por cento da receita de impostos dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.
D) composto necessariamente das receitas estaduais e municipais obtidas da arrecadação e dos repasses do

fundo de participação dos estados, do fundo de participação dos municípios e do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

76 Nos termos da CF,

- A) a decretação do estado de sítio e do estado de defesa necessita de prévia autorização do Congresso Nacional.
- B) no estado de sítio e no estado de defesa a Mesa do Congresso Nacional designa comissão composta por cinco de seus membros para acompanhar e fiscalizar a execução das medidas.
- C) a liberdade de reunião é suspensa tanto no estado de defesa quanto no estado de sítio.
- D) a autorização do Congresso Nacional ao presidente da República para que permita que forças estrangeiras transitem pelo território nacional impõe a decretação de estado de defesa.

77 Assinale a opção correta.

- A) A União pode cobrar taxas dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.
- B) A União não pode cobrar contribuições de melhoria.
- C) Não há dois tributos com a mesma base de cálculo.
- D) O Tribunal de Justiça pode, por resolução, majorar ou criar custas e emolumentos judiciais e extrajudiciais.

78 A respeito do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, é correto afirmar que

- A) incide sobre veículo estrangeiro importado por pessoa física.
- B) pode ter alíquotas fixadas pelo Senado Federal.
- C) é cumulativo e seletivo.
- D) pode, se não for recolhido, implicar multa de três vezes o valor do bem.

79 A criação de Tribunal de Justiça Militar, nos termos da CF,

- A) é decisão soberana do poder constituinte estadual.
- B) somente é possível onde o efetivo da polícia militar seja superior a vinte e cinco mil integrantes.
- C) depende de lei estadual de iniciativa do Tribunal de Justiça, independentemente do tamanho do efetivo.
- D) depende exclusivamente de lei estadual, de iniciativa do Tribunal de Justiça, onde o efetivo da polícia militar seja superior a vinte mil integrantes.

80 A organização sindical brasileira, nos termos da CF,

- A) admite sindicatos por empresas, desde que respeitada a pluralidade sindical.
- B) possui como órgãos de cúpula da estrutura sindical as centrais sindicais.
- C) obriga a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- D) faz a fundação de sindicato depender de registro no órgão competente e de autorização do governo.

81 Não é característica dos direitos fundamentais a

- A) historicidade.
- B) inalienabilidade.
- C) onerosidade.
- D) imprescritibilidade.

82 Assinale a opção correta.

- A) A contribuição para custeio do sistema confederativo é tributo fixado por assembléia sindical.
- B) As contribuições assistenciais não podem ser instituídas por sentença normativa.
- C) Os sindicatos, como as associações, podem cobrar mensalidades de seus associados.

D) A CF veda a instituição de qualquer tributo para custeio do sistema sindical.

83 Assinale a opção correta acerca do processo legislativo, conforme disciplinado na CF.

A) O projeto de lei cujo veto presidencial for derrubado deverá ser encaminhado ao presidente do Senado Federal, para promulgação, logo após a deliberação do Congresso Nacional.

B) O Senado Federal é sempre a Casa revisora dos projetos de lei de iniciativa do presidente da República, do STF e dos tribunais superiores.

C) Qualquer texto ou expressão de projeto de lei pode ser vetado pelo presidente da República.

D) A matéria constante de projeto de lei ou de emenda constitucional somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

84 Assinale a opção correta a respeito da disciplina constitucional dos empréstimos compulsórios.

A) Somente a União e os estados podem instituir empréstimos compulsórios.

B) O empréstimo compulsório, na hipótese de despesas extraordinárias decorrentes de guerra externa, pode ser instituído e cobrado pelo Poder Executivo, ad referendum do Congresso Nacional.

C) A cobrança do empréstimo compulsório somente se submete ao princípio da anterioridade na hipótese de os recursos provenientes da exação serem destinados a investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.

D) O empréstimo compulsório, na hipótese de calamidade pública, pode ser instituído mediante medida provisória.

85 É correto afirmar que a desapropriação de um imóvel rural, com prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, é feita

A) pela União, ou pelo estado, somente.

B) em ofensa à lei.

C) pelo procedimento de desapropriação por interesse público.

D) pela União, somente.

86 Assinale a opção correta.

A) A escolha, pelo presidente da República, do procurador-geral da República é aprovada pelo voto secreto da maioria simples dos senadores.

B) Os procuradores-gerais de justiça nos estados podem ser destituídos por deliberação da maioria absoluta dos integrantes do Poder Legislativo estadual.

C) A renúncia do procurador-geral da República exige a aprovação pelo Senado Federal, que pode, então, indicar sucessor para cumprir o tempo faltante do mandato.

D) Em caso de morte do procurador-geral de justiça, seu sucessor é escolhido para cumprir o tempo faltante do mandato.

87 O procurador-geral de justiça, chefe do MPDFT, é nomeado pelo

A) procurador-geral da República, entre integrantes da carreira escolhidos por eleição para composição de lista tríplice, dispensada a participação do Poder Legislativo.

B) presidente da República, entre integrantes da carreira escolhidos por eleição para composição de lista tríplice, dispensada a participação do Poder Legislativo.

C) governador do Distrito Federal, entre integrantes da carreira escolhidos por eleição para composição de lista tríplice, dispensada a participação do Poder Legislativo.

D) governador do Distrito Federal, entre integrantes da carreira escolhidos por eleição para composição de lista tríplice, depois de ter seu nome aprovado pela Câmara Legislativa do Distrito Federal.

88 Assinale a opção correta.

- A) O Distrito Federal é a capital federal.
- B) O Congresso Nacional não pode mudar de sede nem alterar seus períodos de recesso, mesmo temporariamente, sem emenda à CF.
- C) A sede do governo federal pode ser mudada, temporariamente, por decisão do Congresso Nacional sujeita à sanção do presidente da República.
- D) O Congresso Nacional pode ser convocado, em caso de urgência, a requerimento da maioria dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

89 Assinale a opção correta.

- A) Cabe ao procurador-geral da República representar ao STJ pleiteando intervenção federal no caso de recusa à execução de lei federal.
- B) A intervenção federal para assegurar a observância dos direitos da pessoa humana independe de pronunciamento judicial prévio.
- C) Decreto de intervenção para assegurar o sistema representativo depende de decisão do STF e de apreciação do Congresso Nacional.
- D) A não-aplicação do mínimo de receitas estaduais na manutenção do ensino não autoriza intervenção federal no estado.

90 Assinale a opção correta.

- A) Um índio pode defender o patrimônio cultural por meio de ação popular.
- B) O STF não julga, originariamente, ação popular.
- C) O ajuizamento de ação popular impede a propositura de ação civil pública com relação à mesma matéria.
- D) A ação popular pode ser ajuizada pelos partidos políticos, na condição de associação de eleitores.

91 Não constitui princípio do processo administrativo a

- A) legalidade objetiva.
- B) verdade real.
- C) informalidade.
- D) oficialidade.

92 Não constitui um dos princípios que regem a licitação, qualquer que seja a sua modalidade, a

- A) publicidade de seus atos.
- B) vinculação ao edital.
- C) publicidade na apresentação das propostas.
- D) igualdade entre os licitantes.

93 Não constitui requisito do ato administrativo a

- A) forma escrita.
- B) competência.
- C) causa ou motivo.
- D) finalidade.

94 Os bens públicos destinam-se ao uso comum do povo ou a uso especial. Em qualquer desses casos, o Estado interfere como poder administrador, disciplinando e policiando a conduta do público e dos usuários especiais, a fim de assegurar a conservação dos bens e possibilitar sua normal utilização, tanto pela coletividade quanto pelos indivíduos, bem como, ainda, pelas repartições administrativas. Com relação a esse assunto, assinale a opção correta.

- A) Permissão de uso é o ato negocial, bilateral, discricionário e formal por meio do qual a administração faculta ao particular a utilização individual de determinado bem público.
- B) Autorização de uso é o ato unilateral, formal e precário pelo qual a administração atribui a determinada

pessoa direito de fruir de um bem público, com exclusividade, nas condições convencionadas.

C) Uso especial é todo aquele pelo qual, por um título individual, a administração atribui a determinada pessoa direito de fruir de um bem público, com exclusividade, sem que se exija qualquer condição para o uso.

D) Autorização de uso é o ato unilateral, formal e precário pelo qual a administração consente na prática de determinada atividade individual incidente sobre um bem público.

95 O poder expropriatório, conquanto discricionário nas opções de utilidade pública e de interesse social, só é legitimamente exercitável

A) nos limites traçados pela CF, observado unicamente o interesse público.

B) nos casos em que haja, unicamente, interesse da administração, sem qualquer condição.

C) nos limites traçados pela CF e nos casos expressos em lei, desde que, obrigatoriamente, haja interferência do Poder Judiciário.

D) nos limites traçados pela CF e nos casos expressos em lei, observado o devido procedimento legal.

96 Julgue os itens abaixo.

I - Poder de polícia é a faculdade de que dispõe a administração pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado.

II - O poder de polícia é abrangente, e não se distingue polícia administrativa de polícia judiciária.

III - A polícia administrativa é inerente e se difunde por toda a administração pública, enquanto as demais são privativas de determinados órgãos ou corporações.

IV - O poder de polícia é um poder político do Estado, exercido no desempenho de suas funções constitucionais.

V - As condições de validade do ato de polícia são as mesmas do ato administrativo comum, ou seja, a competência, a finalidade e a forma, acrescidas da proporcionalidade da sanção e da legalidade dos meios empregados pela administração.

Estão certos apenas os itens:

A) I e II.

B) II e V.

C) I, III e IV.

D) I, III e V.

97 É correto afirmar que a absolvição criminal só afastará o ato punitivo, no âmbito da administração,

A) se ficar demonstrado, na ação penal, que as provas da participação do acusado são inconsistentes a ponto de impossibilitarem um juízo de condenação.

B) se ficar provada, na ação penal, que está prescrita a pretensão punitiva do Estado.

C) se ficar provada, na ação penal, a inexistência do fato ou que o acusado não foi seu autor.

D) se for feita a prova inequívoca de que o acusado, embora autor do fato incriminador, não foi responsabilizado, dada a aplicação da suspensão do processo proposta pelo Ministério Público.

98 Assinale a opção que apresenta meio de controle judiciário ou judicial dos atos administrativos de qualquer dos poderes, pelo qual o autor defende direito próprio e não interesse da coletividade ou interesses difusos.

A) habeas data

B) ação popular

C) ação direta de inconstitucionalidade

D) ação civil pública

99 O direito de retomada coativa do serviço pelo poder concedente, durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, é o direito de

A) reversão.

- B) retrocessão.
- C) encampação.
- D) tredestinação.

100 Os serviços que a administração, reconhecendo sua conveniência para os membros da coletividade, presta diretamente ou aquiesce em que sejam prestados por terceiros, nas condições regulamentadas e sob seu controle, mas por conta e risco dos prestadores, mediante remuneração dos usuários, são serviços

- A) impróprios do Estado.
- B) administrativos.
- C) públicos.
- D) de utilidade pública.